CLIPPING INTERNET

10/11/2022 ATÉ 10/11/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 ANIVERSÁRIO DO TJMA
1.1 BLOG MIVAN GEDEON..... 1
2 AÇÕES TJMA
2.1 SITE MARANHÃO NOTÍCIAS..... 2
2.2 SITE O MARANHENSE..... 3
2.3 SITE O PROGRESSO..... 4
3 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
3.1 PORTAL DO MARANHÃO..... 5
4 DESEMBARGADOR
4.1 BLOG RAIMUNDO GARRONE..... 6
5 ESMAM
5.1 SITE IMIRANTE.COM..... 7
5.2 SITE OAB-MA..... 8
6 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO
6.1 SITE CNJ..... 9
6.2 SITE O JUDICIÁRIO..... 10

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ANIVERSÁRIO DO TJMA
10/11/2022 - BLOG MIVAN GEDEON
POSITIVA
Presidente da Assembleia prestigia solenidade dos 209 anos do TJMA

Presidente da Assembleia prestigia solenidade dos 209 anos do TJMA

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), prestigiou, na última sexta-feira (4), a solenidade especial em comemoração aos 209 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A cerimônia, conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Paulo Velten, aconteceu na Sala das Sessões Plenárias, no Palácio Clóvis Bevilácqua.

“Cumprimento todos os servidores do TJMA, em especial o presidente Paulo Velten. Ao mesmo tempo, reforço a relação de independência e harmonia mantida entre os Poderes Legislativo e Judiciário, conforme determina a nossa Constituição”, ressaltou Othelino Neto. A celebração foi marcada por homenagens a magistrados, magistradas, juristas e autoridades em reconhecimento aos bons serviços prestados à Justiça e à sociedade maranhense.

Em seu pronunciamento, o presidente da Corte de Justiça maranhense, Paulo Velten, enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Judiciário. “É um momento que deve ser comemorado por todos nós que construímos uma sociedade justa, fraterna e solidária. Temos compromisso com os valores democráticos e precisamos continuar trabalhando para honrar o Judiciário maranhense e colocá-lo em um novo patamar, à altura dos desafios do século XXI”, disse o desembargador.

Os deputados estaduais César Pires e Helena Duailibe, assim como a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, foram homenageados com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo.

“Agradeço ao Tribunal por esta importante honraria concedida a mim, nesta data tão especial que marca a história de mais um capítulo da Corte de Justiça maranhense. O TJMA se destaca não apenas por ser a terceira mais antiga Corte do Brasil, mas, principalmente, por sua competência para a preservação dos direitos”, enfatizou César Pires. Outras duas comendas foram entregues aos homenageados: a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes. (Fonte: Agência Assembleia)

CNJ determina o imediato afastamento do juiz Clésio Cunha em mais um caso envolvendo Nelma Sarney

Com voto de desempate da presidente Rosa Weber o Conselho Nacional de Justiça determinou o imediato afastamento do juiz Clésio Coelho Cunha de suas funções.

Por 8 votos a 7, o Pleno do CNJ restabeleceu medida cautelar de março de 2021 quando da instauração de Processo Administrativo Disciplinar contra o magistrado, por suspeita de violar as regras de imparcialidade, transparência, prudência, dignidade, honra e decoro estabelecidos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e no Código de Ética da Magistratura.

Clésio Cunha havia retornado a exercer suas funções em junho deste ano por decisão monocrática do conselheiro relator do PAD, Luiz Fernando Bandeira de Melo.

Apesar do argumento temporal favorável, o processo tramita há um ano e oito meses e as testemunhas de acusação e defesa sequer prestaram depoimentos , a maioria dos conselheiros entendeu que uma decisão monocrática não pode ir de encontro à decisão colegiada que afastou o magistrado.

A má conduta de Clésio Cunha teria ocorrido em 2015, quando em menos de 24 horas depois de assumir como juiz substituto a Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís expediu alvará liberando depósito judicial na ordem de R$ 9 milhões efetuado pela Vale.

Cerca de 300 famílias de pescadores cobravam na Justiça a compensação pelos danos provocados pela construção do Pier 4; obra portuária na área da hoje extinta Praia do Boqueirão.

Clésio foi designado para ocupar a vara de interesses difusos às vésperas da semana santa pela então corregedora-geral de justiça do TJ/MA, Nelma Sarney.

O relator Bandeira de Melo defende inocência de Clésio Cunha

Bandeira de Melo não se limitou a razoabilidade de sua decisão que reconduzia o juiz ao cargo.

E, com base em suposições, resolve entrar no mérito da questão. Ressalta a sensibilidade social do magistrado e acusa a Vale de repetir no Maranhão o mesmo modus operandi aplicado em Mariana, quando do maior desastre ambiental ocorrido no país, também em 2015.

Segundo o nobre relator., o juiz Clésio foi tomado de senso de justiça e decidiu expedir os alvarás ao encontrar na vara Difusa uma fila de mulheres de pescadores com contas de energia para pagar.

CNJ instaura processo administrativo contra Nelma Sarney e Clésio Cunha

Ao contrário da tragédia em Minas, acompanhada in loco por sua relatoria, no caso do porto em São Luís, Bandeira de Melo avaliou somente com base nos autos – é o que se imagina – daí a semelhança sem sentido entre os casos.

."Me parece que temos uma narrativa que foi construída pela empresa requerente,? aliás é o mesmo comportamento que verificamos no caso de Mariana. Você tem uma construção de narrativa de parcialidade do juiz, quando na verdade o que se tem aqui é garantir o direito de verba alimentícia para pessoas que dela dependiam. Honestamente não me parece no comportamento do juiz, ter qualquer tipo de conduta que mereça o afastamento das suas funções", advoga.

Segundo o conselheiro, bastou determinar a expedição dos alvarás e ato contínuo a Vale começar a peticionar "contra o juiz, a fim de tentar demonstrar alguma parcialidade dele em prol dos pescadores..contestavam o número de pescadores, contestavam se eram mesmo ou não pescadores?".

Justiça realiza Semana Nacional da Conciliação no Maranhão

Portal do Maranhão
09/11/2022
A campanha deste ano pretende incentivar novos começos por meio de acordos entre as partes.
A Justiça do estado do Maranhão realiza até a próxima sexta-feira (11) a XVII Semana Nacional da Conciliação (SNC), com o tema “Menos conflitos e mais recomeços”. A iniciativa é realizada anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais.

A campanha deste ano pretende incentivar novos começos por meio de acordos entre as partes. A ação é um esforço coletivo do Poder Judiciário, com o intuito de conciliar o maior número possível de processos no país, resolvendo conflitos de forma rápida, simples, gratuita e efetiva.

No Maranhão, o evento é coordenado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA). De acordo com informações fornecidas pela Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, a pauta do evento no Estado já possui 6.202 audiências designadas.

Durante a SNC 2022, os cidadãos e as cidadãs poderão solucionar demandas processuais (com ação judicial) e demandas pré-processuais (sem ação judicial), desde que haja interesse das partes envolvidas no conflito pela realização de acordo homologado judicialmente.

Justiça do Maranhão regulamenta Política para reinserir egressos no mercado

9 de novembro de 2022
Justiça do Maranhão regulamenta Política para reinserir egressos no mercadoFoto: TJMA
Compartilhe
O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Ato da Presidência n. 72/2022, assinado pelo presidente, desembargador Paulo Velten, regulamentou a Política Estadual "Começar de Novo", que consiste na reinserção de pessoas egressas do sistema prisional no mercado de trabalho, garantindo a disponibilização de vagas nos contratos de serviços terceirizados com mão de obra em regime de exclusividade, bem como nas contratações de obras e serviços de Engenharia que necessitam da contratação de mão de obra.

A medida considera, entre outros, a Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, instituída no âmbito do Poder Judiciário por meio da Resolução CNJ n. 307/2019, objetivando dar uma resposta do Estado mais qualificada às cerca de 230 mil pessoas que recebem alvarás de soltura a cada semestre, segundo dados do Executivo Federal do primeiro semestre de 2020.

No Judiciário maranhense, quando for necessária a contratação de 20 ou mais trabalhadores, o percentual de reserva será de 5% e, quando forem necessários entre 6 e 19 trabalhadores para prestação dos serviços, será reservada uma vaga para pessoa regressa.

O número de vagas deverá ser mantido durante toda a execução do contrato, devendo o gestor e o fiscal do contrato acompanharem o cumprimento das cotas durante toda a execução do contrato.

Para efetivação das vagas de trabalho, a empresa ganhadora do certame licitatório deverá se reportar à Coordenadoria da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA) que adotará as providências cabíveis para o preenchimento da vaga.

O coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do sistema carcerário (UMF/TJMA), desembargador Ronaldo Maciel, avalia que a Política Começar de Novo terá importante papel na ressocialização das pessoas que passam pelo sistema prisional, por meio da inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a redução da reincidência criminal e melhoria da segurança pública. "A falta de política pública voltada para as pessoas que deixam o ambiente do cárcere, sem capacitação, estudo ou trabalho, contribui para que elas retornem ao crime por falta de oportunidades", observa.

O juiz coordenador da UMF Douglas de Melo Martins vê a iniciativa do TJMA como uma questão humanitária e uma contribuição para redução da criminalidade no Estado, considerando que pessoas egressas do sistema prisional sofrem discriminação na sociedade, que dificilmente oferece vagas de emprego. "A inserção ou reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho é uma questão de direitos humanos, pois são pessoas vulneráveis e garantir emprego a elas reduz a chance de voltarem a cometer delitos, reduzindo a criminalidade", pontua.

Executivo

No mês de julho de 2022, a Política Começar de Novo também foi implantada no estado do Maranhão, pelo Decreto n. 37.806/2022, que regulamenta a Lei n. 10.182/2014, dispondo sobre a obrigatoriedade da reserva de vagas para admissão de pessoas presas, bem como de egressos do sistema penitenciário nas contratações de obras e serviços pelo Estado do Maranhão (Poder Executivo).

O Decreto é resultado de trabalho desenvolvido em conjunto pela UMF/TJMA e Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), para dar cumprimento efetivo à Lei 10.182/2014 para garantir a reserva de vagas de trabalho nos contratos das Secretarias estaduais para homens e mulheres em cumprimento de pena ou egressos do sistema penitenciário, contribuindo com a reintegração social pela criação de oportunidades no mercado de trabalho e com a redução da reincidência criminal.

Os beneficiários da Política Começar de Novo são as pessoas privadas de liberdade em regime aberto e em regime semiaberto e egressas do sistema penitenciário que estejam em livramento condicional ou em suspensão condicional de pena, bem como os que já tenham cumprido a pena, incluindo os beneficiados por indulto.

Fonte: TJMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ESMAM
10/11/2022 - SITE IMIRANTE.COM
POSITIVA
Trivial Variado: A Escola da Magistratura do Maranhão realiza nesta sexta-feira (...)

Trivial Variado

A Escola da Magistratura do Maranhão realiza nesta sexta-feira a 15ª edição do projeto ESMAM Cultural, já consolidado como espaço de cultura e arte do Judiciário maranhense. Com início às 18h, esta edição acontece na Associação dos Magistrados do Maranhão, no Calhau.

Acordos firmados pelo Ministério Público arrecadam mais de R$ 55 mil em Balsas

9 de novembro de 2022 Redação Maranhão Noticias 0 comentários Acordo de Não Persecução Penal, Balsas-MA, MP-MA, Poder Judiciário, Portal Maranhão Notícias, São Luis
O valor arrecadado foi repassado para entidade sociais previamente cadastradas junto ao MP.

Ministério Público do Maranhão/Divulgação

BALSAS – Em um mutirão realizado pela 4ª Promotoria de Justiça de Balsas, no dia 3 de novembro, foram firmados 22 acordos de Acordos de Não Persecução Penal, que possibilitaram a arrecadação de R$ 55.172,00 em prestações pecuniárias.

Coordenado pelo titular da 4ª Promotoria de Justiça de Balsas, Tiago Carvalho Rohrr, o mutirão contou com a parceria da Defensoria Pública do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Poder Judiciário. As audiências ocorreram por meio de videoconferência.

O valor arrecadado permitiu a compra de cestas básicas destinadas ao Lar São Vicente de Paula e à Campanha Caravana da Cidadania do Sistema de Justiça em Balsas. Ainda foi destinado à compra de material de limpeza, ração, medicamentos, prestação de serviços, entre outros itens, para a Ong Anjos de Pata, que fica também em Balsas, e para compra de equipamentos da Associação PRECAVI, de Fortaleza dos Nogueiras.

(Foto: Arquivo).

Justiça do Maranhão regulamenta Política para reinserir egressos no mercado

10 de novembro de 2022 na categoria Justiça Federal
Justiça do Maranhão regulamenta Política para reinserir egressos no mercado
O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Ato da Presidência n. 72/2022, assinado pelo presidente, desembargador Paulo Velten, regulamentou a Política Estadual "Começar de Novo", que consiste na reinserção de pessoas egressas do sistema prisional no mercado de trabalho, garantindo a disponibilização de vagas nos contratos de serviços terceirizados com mão de obra em regime de exclusividade, bem como nas contratações de obras e serviços de Engenharia que necessitam da contratação de mão de obra.

A medida considera, entre outros, a Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, instituída no âmbito do Poder Judiciário por meio da Resolução CNJ n. 307/2019, objetivando dar uma resposta do Estado mais qualificada às cerca de 230 mil pessoas que recebem alvarás de soltura a cada semestre, segundo dados do Executivo Federal do primeiro semestre de 2020.

No Judiciário maranhense, quando for necessária a contratação de 20 ou mais trabalhadores, o percentual de reserva será de 5% e, quando forem necessários entre 6 e 19 trabalhadores para prestação dos serviços, será reservada uma vaga para pessoa regressa.

O número de vagas deverá ser mantido durante toda a execução do contrato, devendo o gestor e o fiscal do contrato acompanharem o cumprimento das cotas durante toda a execução do contrato.

Para efetivação das vagas de trabalho, a empresa ganhadora do certame licitatório deverá se reportar à Coordenadoria da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA) que adotará as providências cabíveis para o preenchimento da vaga.

O coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do sistema carcerário (UMF/TJMA), desembargador Ronaldo Maciel, avalia que a Política Começar de Novo terá importante papel na ressocialização das pessoas que passam pelo sistema prisional, por meio da inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a redução da reincidência criminal e melhoria da segurança pública. "A falta de política pública voltada para as pessoas que deixam o ambiente do cárcere, sem capacitação, estudo ou trabalho, contribui para que elas retornem ao crime por falta de oportunidades", observa.

O juiz coordenador da UMF Douglas de Melo Martins vê a iniciativa do TJMA como uma questão humanitária e uma contribuição para redução da criminalidade no Estado, considerando que pessoas egressas do sistema prisional sofrem discriminação na sociedade, que dificilmente oferece vagas de emprego. "A inserção ou reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho é uma questão de direitos humanos, pois são pessoas vulneráveis e garantir emprego a elas reduz a chance de voltarem a cometer delitos, reduzindo a criminalidade", pontua.

Executivo

No mês de julho de 2022, a Política Começar de Novo também foi implantada no estado do Maranhão, pelo Decreto n. 37.806/2022, que regulamenta a Lei n. 10.182/2014, dispondo sobre a obrigatoriedade da reserva de vagas para admissão de pessoas presas, bem como de egressos do sistema penitenciário nas contratações de obras e serviços pelo Estado do Maranhão (Poder Executivo).

O Decreto é resultado de trabalho desenvolvido em conjunto pela UMF/TJMA e Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), para dar cumprimento efetivo à Lei 10.182/2014 para garantir a reserva de vagas de trabalho nos contratos das Secretarias estaduais para homens e mulheres em cumprimento de pena ou egressos do sistema penitenciário, contribuindo com a reintegração social pela criação de oportunidades no mercado de trabalho e com a redução da reincidência criminal.

Os beneficiários da Política Começar de Novo são as pessoas privadas de liberdade em regime aberto e em regime semiaberto e egressas do sistema penitenciário que estejam em livramento condicional ou em suspensão condicional de pena, bem como os que já tenham cumprido a pena, incluindo os beneficiados por indulto.

Fonte: TJMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
10/11/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Comitê de Diversidade do TJMA realiza a quinta edição do Projeto Diálogos Plurais

Comitê de Diversidade do TJMA realiza a quinta edição do Projeto Diálogos Plurais

Com o objetivo de fortalecer a Política de Diversidade institucionalizada pelo Poder Judiciário do Maranhão, o Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizará nesta quarta-feira, 9 de novembro, mais uma edição do Projeto "Diálogos Plurais", com a palestra "A Luta e o Combate ao Racismo do Movimento Negro Unificado (MNU) no Maranhão", na Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), a partir das 17h50, na sala de metodologias ativas.

A quinta edição contará com a coordenadora da Comissão de Mulheres do MNU-MA, Ilma Fátima de Jesus, que ministrará a palestra.

O coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, explica que a iniciativa tem como uma de suas propostas a promoção do debate técnico, social e científico das perspectivas dos eixos de atuação do Comitê, dos Direitos Humanos e da política institucional de diversidade e antidiscriminação, a partir das contribuições do Sistema de Justiça, das academias e da sociedade civil organizada.

O post Comitê de Diversidade do TJMA realiza a quinta edição do Projeto Diálogos Plurais apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
10/11/2022 - SITE O PROGRESSO
POSITIVA
Acordos de Não Persecução firmados pelo MPMA arrecadam mais de R$ 55 mil em Balsas

Acordos de Não Persecução firmados pelo MPMA arrecadam mais de R$ 55 mil em Balsas

Comentar
CCOM-MPMAFoto: Divulgação

Em um mutirão realizado pela 4ª Promotoria de Justiça de Balsas, no dia 3 de novembro, foram firmados 22 acordos de Acordos de Não Persecução Penal, que possibilitaram a arrecadação de R$ 55.172,00 em prestações pecuniárias.

Coordenado pelo titular da 4ª Promotoria de Justiça de Balsas, Tiago Carvalho Rohrr, o mutirão contou com a parceria da Defensoria Pública do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Poder Judiciário. As audiências ocorreram por meio de videoconferência.

O valor arrecadado permitiu a compra de cestas básicas destinadas ao Lar São Vicente de Paula e à Campanha Caravana da Cidadania do Sistema de Justiça em Balsas. Ainda foi destinado à compra de material de limpeza, ração, medicamentos, prestação de serviços, entre outros itens, para a Ong Anjos de Pata, que fica também em Balsas, e para compra de equipamentos da Associação PRECAVI, de Fortaleza dos Nogueiras.

DEMANDAS SOCIAIS SÃO TEMA DE CONGRESSO REALIZADO POR MEIO DA PARCERIA ENTRE A ESA/MA E O TJMA

Vem aí o Congresso de Atuação Estratégica do Sistema de Justiça no Tratamento de Demandas Sociais!

Com o objetivo de fomentar a aplicação dos direitos sociais e contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, o Congresso será realizado no dia 10 de novembro, a partir das 8h, no Auditório Madalena Serejo, no Fórum de São Luís (Calhau).

O evento é uma parceria entre a Escola Superior da Advocacia Prof. José Vera-Cruz Santana, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), as Escolas Superiores do Ministério Público (ESMP), da Magistratura (ESMAM) e Defensoria Pública (ESDP).

CONFIRA TODA A PROGRAMAÇÃO AQUI

As inscrições podem ser feitas no site do Tribunal de Justiça do Maranhão . O evento é destinado a advogadas, advogados, magistradas e magistrados; promotoras e promotores de justiça; defensoras e defensores; servidoras e servidores do Judiciário, Ministério Público e da Defensoria Pública; além de outros parceiros institucionais e o público acadêmico.

A magistratura e demais profissionais do Judiciário devem se inscrever no Sistema Acadêmico Tutor. Já o público externo, convidados e parceiros institucionais podem se inscrever por meio de formulário eletrônico disponível no site do TJMA.

SERVIÇO

O quê: Congresso de Atuação Estratégica do Sistema de Justiça no Tratamento de Demandas Sociais

Data: 10 de novembro

Horário: 8h

Local: Auditório Madalena Serejo, no Fórum de São Luís (Calhau)

Inscrições para a advocacia: Site do TJMA

Valor: gratuito

Organização: ESA/MA, TJMA, ESMP, ESMAM e ESDP.